Março de 2019 · ANO XIX – Nº 175

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: JOÃO BITA/ARQUIVO ALEPE

Os rumos da economia açucareira

Mesmo tendo perdido espaço para outros Estados ao longo dos anos, o setor em Pernambuco dá sinais de reaquecimento, com o avanço da produção em 10% na safra 2018-2019. Frente Parlamentar pretende debater medidas de fortalecimento.

Págs. 4 e 5

ACONTECEU NA ALEPE

Debate lembra um ano da morte de Marielle Franco

FOTO: ALEPE

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa realizou, no dia 14 de março, Grande Expediente Especial para assinalar a passagem de um ano do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco. Na ocasião, o colegiado presidido pela deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB) homenageou e destacou as bandeiras de luta da parlamentar do Rio de Janeiro. Da cerimônia, participaram integrantes de movimentos sociais e diversas lideranças políticas. O evento associou-se ao "Março de Luta", mês dedicado a defender e proteger direitos das mulheres.

Colegiado acompanhará situação de barragens

O rompimento de uma barragem da Vale, em Brumadinho, Minas Gerais, e a tragédia que se abateu sobre o município em decorrência do acidente despertaram a preocupação do Poder Legislativo. Com o propósito de prevenir problemas como esse em Pernambuco, a Alepe instalou, no dia 11 de março, uma Comissão Especial para acompanhar a situação dos reservatórios do Estado. Autor do requerimento que criou o colegiado, Antônio Moraes (PP) foi eleito presidente do grupo. Tony Gel (MDB) e Romero Sales Filho (PTB) ocupam a vice-presidência e a relatoria, respectivamente.

EM FOCO

O açúcar para a construção do Nordeste

FOTO: MALU DIDIER/DIVULGAÇÃO

Gilberto Freyre considerava fundamental conhecer a história do açúcar para compreender o homem do Nordeste. Além do clássico *Casa Grande e Senzala* (1933), em que dá a sua contribuição sobre a formação sociocultural brasileira a partir dos engenhos, ele é autor de *Assucar* (1939), um apanhado dos bolos e doces do Nordeste brasileiro. A obra completa 80 anos em 2019 e é tema de exposição iniciada, em março, no Museu do Homem do Nordeste. A primeira edição de *Assucar* está exposta aos visitantes. A mostra busca representar uma festa de aniversário para a obra.

Fique Sabendo

Confira outras informações sobre a exposição no site da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

VOCÊ NA ALEPE

"Sou portadora de paralisia cerebral, cadeirante, mas isso não me impede de sonhar ser uma contadora de histórias. Mesmo tendo limites e deficiência, sou uma menina que gosta de brincar, sorrir e conquistar. Hoje eu estou muito feliz de poder compartilhar um pouquinho do meu sonho com todos vocês."

Maria Isabela Fernandes
Durante Grande Expediente Especial, realizado em 21 de fevereiro, em Comemoração à Semana Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras, que ocorre entre os dias 21 e 28 de fevereiro.

"Eu vim aqui na Assembleia hoje para ver se vai se resolver o problema do Holiday, que já se arrasta há mais de oito dias. Espero uma solução imediata. Que o Governo do Estado e os órgãos públicos se mobilizem a favor de todos nós moradores."

Jeane da Silva
Moradora do Edifício Holiday, durante Reunião Extraordinária da Comissão de Cidadania, no dia 13 de março, para debater a situação do prédio, que estava sem abastecimento de água e energia elétrica desde o princípio do mês.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.

assembleiape | alepeoficial | assembleiape | alepenatv

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.**

EXPEDIENTE: **Mesa Diretora: Presidente,** Deputado Eriberto Medeiros; **1ª Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2º Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3ª Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto. **Superintendente de Comunicação Social:** Ricardo Costa. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Isabelle Costa Lima. **Editores:** Isabelle Costa Lima e Ivanna de Castro. **Revisão:** Cláudia Lucena. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Jr, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (estagiária). **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega e Heluizio Almeida (estagiário). **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183-2211. E-mail:** *scom@alepe.pe.gov.br*

POLÍTICA

Uma cadeira, cinco deputadas

Eleito para a atual legislatura, mandato coletivo é novidade na Alepe

Edson Alves Jr.

FOTO: ROBERTO SOARES

Juntas na cerimônia de posse, ao lado do presidente da Casa, deputado Eriberto Medeiros

Nas eleições para as casa legislativas, sempre valeu a regra: votamos em um indivíduo para que ele nos represente. Mas, desde 2016, diversos movimentos pelo Brasil vêm construindo uma nova maneira de pensar o trabalho legislativo, ao criar mandatos em que várias pessoas, e não uma só, assumem a responsabilidade de ocupar uma vaga no parlamento. A ideia de um mandato coletivo chega à Alepe, em 2019, sendo a primeira experiência do tipo em Pernambuco.

Com 39.175 votos, a proposta das Juntas (PSOL) recebeu aval dos eleitores para atuar na Casa de Joaquim Nabuco pelos próximos quatro anos. Oficialmente, quem vai ocupar a cadeira de deputada é Jô Cavalcanti, que milita no Sindicato de Trabalhadores Informais. Nas eleições de 2018, contudo, a candidatura psolista foi apresentada como um pacto de confiança. As decisões devem passar por outras quatro mulheres: a jornalista Carol Vergolino, a militante estudantil Joelma Carla, a professora Kátia Cunha e a advogada Robeyoncé Lima.

"Fazemos nossa militância na rua, mas tem uma hora que a gente não quer só disputar as ruas, pois as leis são feitas aqui, dentro da Alepe", afirma Jô Cavalcanti. "Juntamos essa inovação com a militância da 'PartidA', um movimento pela ocupação dos espaços pelas mulheres", explica Carol. "Os grupos de que participamos - feministas, jovens, trabalhadores, LGBT - já têm a característica de serem horizontais", complementa.

FUNCIONAMENTO

O mandato coletivo deve se adaptar às leis que regem o trabalho dos parlamentares, cuja premissa é a atuação individual. "O mandato coletivo é um fenômeno político, não jurídico. Na ordem jurídica, o exercício do mandato é pessoal e intransferível", explica o procurador-geral adjunto da Alepe, Sílvio Pessoa Júnior. Isso significa que apenas Jô Cavalcanti poderá ter voz e voto no Plenário, assinar os atos e projetos de lei e responder pelas prestações de contas oficiais do gabinete.

Formalmente, Carol Vergolino e Joelma Carla foram nomeadas como assessoras especiais do gabinete do mandato, enquanto Robeyoncé Lima e Kátia Cunha aguardam a conclusão de processos em outros órgãos para serem cedidas como servidoras a serviço da Alepe.

Um exemplo de como funciona um mandato coletivo na prática vem da Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG). Em 2016, 14 pessoas concorreram individualmente pelo PSOL, mas compartilhando uma campanha política unificada. Os votos foram suficientes para duas vagas, ocupadas pelas vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. Elas se uniram à suplente Bella Gonçalves num único gabinete, batizado como Gabinetona.

Segundo Bella, as decisões do mandato são tomadas em conjunto pelas covereadoras, com a divulgação pública da justificativa para os votos. "Queremos a confluência máxima das lutas nos eixos que trabalhamos: direitos humanos, cultura, educação e direito à cidade. Ao invés de competição pelo espaço político, promovemos o reconhecimento da importância de cada uma dessas bandeiras", observa.

Em 2018, Áurea Carolina se elegeu para a Câmara Federal. Uma assessora do gabinete, Andreia de Jesus, foi eleita para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. "A ideia é fazer um mandato articulado nos três níveis", explica Bela.

"Há a estratégia de problematizar a necessidade de um 'líder' falando pelo grupo. Boa parte da crise de representação política que vivemos vem do fato de os partidos políticos se tornarem organizações burocráticas, marcadas pela distância entre a base e a cúpula", avalia a socióloga e professora da Universidade Federal de Pernambuco Maria Eduarda da Mota Rocha.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:
alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

ECONOMIA

Os ciclos da cana

Após período de queda, produção de açúcar e etanol volta a crescer em Pernambuco

Gabriela Bezerra

"Acabou-se a cana. Acabou-se o mé. Até para o ano. Se Deus quizé." Os versos da canção antiga simbolizavam o fim dos trabalhos e a esperança na produção do ano seguinte. Até meados de abril, quando se encerrará a safra 2018-2019, cerca de 12 milhões de toneladas de cana-de-açúcar devem ser moídas em Pernambuco. O número representa um acréscimo de quase 10% em relação à moagem anterior, de acordo com o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool (Sind-Açúcar-PE).

Apesar do crescimento, o Estado, que até 1630 esteve entre os maiores produtores mundiais de cana, hoje não é nem o primeiro do Brasil. Atualmente, São Paulo concentra 50% da produção, cabendo a todo o Nordeste 10% do total. Na avaliação do engenheiro agrônomo e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Djalma Euzébio, a presença de pátio fabril e a existência de topografia favorável ajudam no desempenho do Estado do Sudeste: "Lá, o declínio do café deu espaço para a cana. Aqui, houve avanço tecnológico nas últimas décadas, mas ainda estamos atrás".

Atualmente, a atividade tem uma participação de 29,3% no valor obtido com toda a produção agrícola em Pernambuco, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe-Fidem). Esse percentual já chegou a 46% nas duas últimas décadas.

Responsável, há 28 anos, por projeto que integra a universidade e o setor na produção de novas variedades genéticas da cana-de-açúcar, Euzébio chama atenção para a necessidade de investimento em pesquisas. "Se não houvesse estudos, praticamente não existiria cana para plantar hoje", frisa.

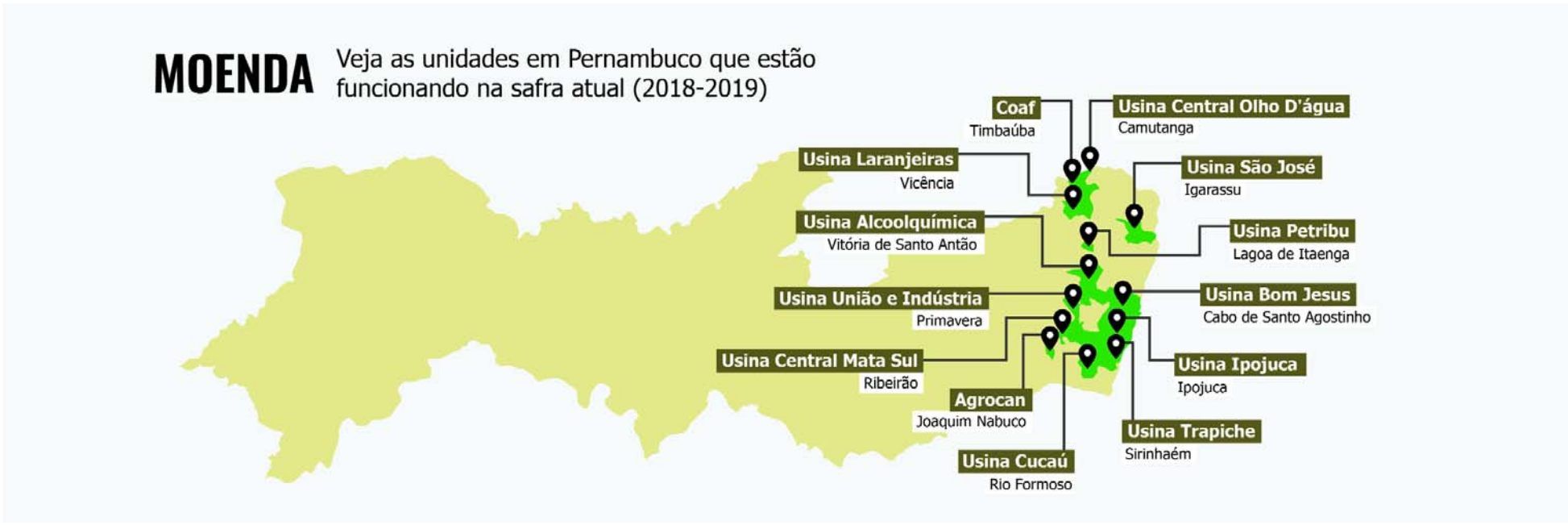
"Conseguimos fazer cruzamentos com materiais mais ricos, vindos inclusive de outros países. O processo torna as variedades mais resistentes a doenças, garantindo maior produção por área plantada", explica o professor. Investimentos em irrigação também têm sido feitos no Estado, com a substituição do regime de chuvas por sistema de microgotejamento.

A tecnologia mudou a atividade canavieira ao longo dos anos. Até o começo dos anos 1980, o trabalho era 100% manual e com transporte animal. "Houve uma evolução lenta de lá para cá, até porque a mecanização exige pesquisa cara", observa Euzébio. A topografia pernambucana também é apontada como obstáculo, já que impede a expansão da mecanização no corte, método do presente em 90% da colheita paulista. Atualmente, em Pernambuco, apenas 10% é feita por máquinas.

Na safra atual, o Estado conta com 13 usinas em funcionamento. Desde 2011, o setor enfrenta dificuldades. No período, houve paralisação das atividades em sete unidades produtoras em pelo menos uma das safras. O reaquecimento a partir de um novo ciclo da cana no Estado – iniciado em 2015 com a reabertura das usinas Cruangi e Pumaty, na Mata Sul – trouxe esperança.

Em 2018, produtores reuniram-se na Assembleia Legislativa para debater proposta com potencial de gerar 20 mil empregos diretos e indiretos por ano no Estado. Em audiência pública, o Projeto Renovar foi apre-sentado como alternativa para recompor a cultura canavieira no Nordeste.

Pelos cálculos do consultor do setor sucroalcooleiro em



Pernambuco Gregório Maranhão, “nos últimos cinco anos, o Nordeste deixou de produzir 20 milhões de toneladas de cana, o que representa 200 mil empregos perdidos”. Em termos financeiros, ele indica um prejuízo de R$ 4 bilhões. “Mais do que uma solução, o Renovar é uma contribuição oportuna e de caráter emergencial para Pernambuco e para o Nordeste. A cana é um insumo de integração regional”, destaca.

Em fevereiro passado, o tema repercutiu no Plenário da Alepe. “A reabertura dessas usinas foi o que de mais importante aconteceu na Zona da Mata nos últimos anos. Se há uma unanimidade nessa região, é a respeito dos benefícios econômicos da reativação do setor açucareiro. As feiras nas cidades estavam vazias, mas hoje estão cheias”, descreveu o deputado Antônio Moraes (PP).

Ainda este ano, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroalcooleiro para discutir medidas de fortalecimento da atividade no Estado. “Sou empresário do ramo e vejo o segmento em extrema decadência, tendo cada vez mais dificuldades. Queremos que o Governo possa intervir de forma positiva para reverter esse quadro”, afirmou o deputado Clovis Paiva (PP), que propôs e coordena o colegiado.

Da cana esmagada em Pernambuco, cerca de 54% são destinadas à produção de açúcar e 46% para o etanol. O custo do açúcar, no entanto, tem contribuído para modificar essa balança. De acordo com o SindAçúcar-PE, “nas últimas três safras, houve uma queda nos preços do item, que tem cerca de 30% da produção negociada no Exterior. No mercado interno, os preços também caíram no mesmo período, em torno de 25%”.

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

Em 2018, produtores apresentaram proposta com potencial de gerar 20 mil empregos por ano no Estado

O sindicato avalia a tendência de ampliação da produção de etanol também em razão da maior procura: “Nos últimos dez meses, o etanol substituiu mais de 37% de toda a gasolina consumida em Pernambuco”. Também é produzida energia elétrica a partir do processamento do bagaço da cana.

TRABALHADOR RURAL

Em dezembro do ano passado, houve deflagração de greve dos canavieiros após 13 rodadas de negociação. De acordo com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Pernambuco (Fetaepe), a paralisação, que durou quatro dias, mobilizou cerca de 80% da categoria.

O ponto principal da pauta de reivindicações foi o deslocamento remunerado ao local de trabalho. Até a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017, o art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa a incorporação do tempo desse percurso, de ida e volta, desde que o local de trabalho fosse de difícil acesso e não servido por transporte público regular.

Como o período em deslocamento representava um acréscimo de 20% no salário, a categoria cobrou compensação. “Conseguimos a garantia de vários direitos, mas a hora *in itinere*, infelizmente, não foi mantida em audiência de conciliação realizada na Justiça do Trabalho. Estamos orientando os trabalhadores a ajuizar as horas extras para conseguir substituir esse valor”, declarou Gilvan Antunis, presidente da Fetaepe.

De acordo com a federação, o contrato-safra inclui o piso de R$ 1.016, uma cesta básica mensal no valor de R$ 50, além do pagamento por produtividade. Estima-se o corte diário de três toneladas por trabalhador. A produtividade é calculada a partir do que for cortado a mais.

No período de entressafra, a renda dos profissionais advém da possibilidade de recontratação para o plantio e do Programa Chapéu de Palha. “Seria importante para os trabalhadores rurais que houvesse a desvinculação entre o Chapéu de Palha e os programas de assistência social, já que há dedução do valor caso a família receba outros auxílios”, pontua Gilvan. A maior parte da categoria é composta por homens, entre 20 e 50 anos.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:
alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

PRECONCEITO

Nordestinos na mira

Polarização política no Brasil intensifica ofensas, antigas e recorrentes, contra nascidos na região

Ivanna de Castro

FOTO: COSTA NETO/SECULT-PE

Diversidade e pluralidade da região ajudam a combater a estereotipização

"Escuto pessoas me chamando de cangaceiro, terra-seca, passa-fome. São situações dolorosas e recorrentes", relata o empresário Antônio José Guimarães Júnior, 35 anos. Natural do Recife, ele vive em São Paulo há mais de uma década e revela que, por conta da procedência regional e do sotaque, já foi vítima de ofensas verbais, constrangimentos públicos e retaliações no ambiente acadêmico.

"Em 2006, um professor da faculdade falava sobre as férias passadas no Recife, descrevendo o lugar e as pessoas de forma depreciativa. Levantei, me identifiquei como pernambucano, e ele continuou com as afirmações ofensivas", narra. "Relatei à diretoria da instituição, que disse que tomaria as medidas cabíveis. Mas o que aconteceu foi que o professor me reprovou na matéria", lembra.

Praticar, induzir ou incitar a discriminação em virtude da raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é crime previsto na Lei Federal n° 7.716/1989, que determina o pagamento de multa e prisão entre um e três anos. O ato pode configurar, também, injúria racial, de acordo com o Código Penal. A vítima deve fazer a representação criminal nas sedes ou nos sites dos ministérios públicos estaduais ou federal.

Leonardo Accioly, da seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), avalia que casos de discriminação contra os nordestinos se intensificaram após as eleições presidenciais de 2018, especialmente na internet. "Observamos situações de pessoas desqualificando a escolha feita por eleitores do Nordeste. Por isso, criamos o Observatório da Intolerância Política, canal on-line que recebeu, apenas nos últimos três meses de 2018, 195 queixas desse tipo", diz.

"Em momentos de crise econômica, quando a distribuição dos recursos públicos se torna mais disputada em virtude da escassez, os embates regionalistas se intensificam", explica o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Autor do livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (Cortez Editora, 2012), ele conta que o recorte regional aparece pela primeira vez em 1919, no documento de criação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

Na época, a região perdia a centralidade econômica e política em razão do declínio das atividades açucareira e algodoeira. "As elites passam a se articular porque chegam à conclusão de que, agindo isoladamente, não teriam como enfrentar o poder crescente de São Paulo e Minas Gerais", observa.

Intelectuais, artistas e imprensa somaram-se à campanha. O pesquisador destaca o papel do jornal Diario de Pernambuco e do sociólogo Gilberto Freyre que, em 1924, cria o Centro Regionalista do Nordeste. "É uma construção nostálgica, marcada pelo saudosismo de um passado de glória das elites rurais: do Sertão, do engenho, da vida rústica e da própria escravidão", analisa. "Construiu-se um lugar que, ao final, tornou-se muito incômodo para a região, vista como um ambiente tradicional, atrasado do ponto de vista da história", complementa.

"Não existe um homem do Nordeste genérico e tentar comprimir essa diversidade em um conceito é uma injustiça com os 53 milhões de brasileiros que vivem aqui", avalia a antropóloga Ciema Silva de Mello, coordenadora do Museu do Homem do Nordeste, no Recife. Ela explica que a instituição trabalha, justamente, com a proposta de mostrar o mosaico sociológico da região, combatendo a estereotipização.

"O visitante encontra mais perguntas do que respostas. Dizer que não sabemos o que é o Nordeste como região não nos diminui, pelo contrário, nos aumenta", prossegue Ciema. "Somos complexos, com várias temporalidades convivendo. É preciso assumir nossa modernidade", complementa Albuquerque Júnior.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

AGORA É LEI

Abastecimento seguro

Norma exige que motoristas e passageiros saiam dos veículos

Geanne Gouveia

A natureza inflamável dos produtos que são comercializados nos postos de combustíveis expõe motoristas, passageiros e frentistas a riscos iminentes de incêndios e explosões. Com o objetivo de preservar a integridade física de quem frequenta esses estabelecimentos, o Poder Legislativo aprovou a Lei Estadual nº 16.375/2018, que estabelece medidas de segurança para o processo de abastecimento.

A norma prevê que os revendedores de combustíveis do Estado recomendem a saída de condutores e passageiros dos veículos enquanto o tanque estiver sendo abastecido. A lei se originou de projeto proposto pela deputada Simone Santana (PSB). De acordo com a parlamentar, a determinação pode ajudar a prevenir acidentes. "Estar ou não dentro do carro pode significar a diferença entre a vida e a morte", acredita.

O metrologista do Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) Carlos Falcão observa que a iniciativa redobra cuidados e evita, principalmente, acidentes fatais. Segundo ele, pode haver riscos não apenas com o uso do gás natural veicular (GNV), considerado por algumas pessoas o mais perigoso, mas também com todos os outros combustíveis.

"Os gases que são expelidos pela bomba ficam na atmosfera e, se entrarem em contato com alguma faísca, podem causar uma explosão", afirma o metrologista. O especialista ainda destacou a importância de não se atender ao telefone celular ou usar equipamentos eletrônicos nas proximidades das bombas.

Com relação aos estabelecimentos, Falcão fez um alerta: "As pessoas devem procurar sempre postos de confiança, que sejam comprometidos com a segurança e respeitem o consumidor. Além disso, é preciso observar se esses locais possuem registro da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e se a bomba tem o selo do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia)".

Em nota, a ANP reforçou a orientação de recomendar que o condutor saia do veículo durante o abastecimento. "Toda atividade que envolve combustíveis inflamáveis deve ser feita com a maior segurança possível." O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Pernambuco (Sindicombustíveis-PE) considera que, embora a atividade já siga procedimentos de segurança, como os previstos na Norma Regulamentadora nº 20, do Ministério do Trabalho, cabe aos revendedores a observância de todas as leis.

Ainda segundo o texto da legislação, os postos de combustíveis devem afixar cartazes informando que os motoristas devem sair dos veículos. Infrações à norma implicarão sanções administrativas previstas e regulamentadas pela Lei Federal nº 8.078/1990.

FOTO: JARBAS ARAÚJO/ARQUIVO ALEPE

Objetivo da lei é aumentar segurança

Documento Histórico

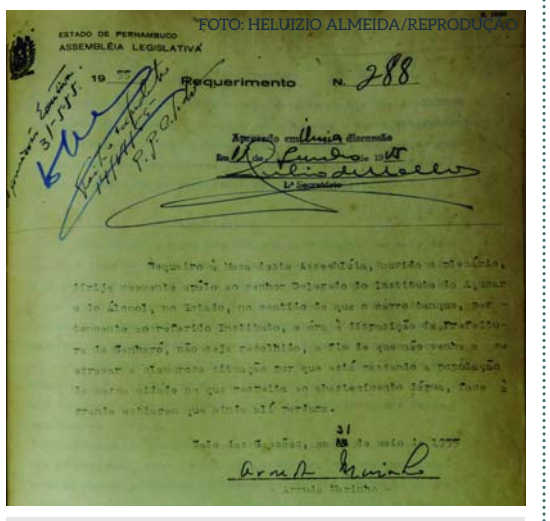
Socorro para produtores de cana em tempo de seca

Desde o período colonial, a economia de Pernambuco esteve fortemente ligada à cultura da cana-de-açúcar. A relação entre produção e cultivo se tornou um fator relevante na construção da identidade dos pernambucanos. Apesar da importância atribuída à atividade, muitas foram as crises que acometeram o setor.

O Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), uma autarquia federal, seria criado por meio do Decreto nº 22.780, de 1933, justamente para desenvolver políticas de controle e fomento da atividade. Nesse contexto, Pernambuco, pelo papel central que desempenhava no Nordeste, terminou sendo um centro irradiador de iniciativas.

O IAA chegou a receber solicitação da Alepe durante período de seca. O Requerimento nº 288/1955, por exemplo, pedia ao órgão a permanência de um carro-tanque no município de Sanharó (Agreste). À época, devido ao estado de calamidade em que se encontrava o local, o veículo ajudaria a socorrer a população. Medidas do tipo também buscavam oportunizar aos produtores as condições necessárias para cultivo da cana e de outros gêneros considerados indispensáveis.

FOTO: HELUIZIO ALMEIDA/REPRODUÇÃO



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Requerimento nº 288, publicado no Diário do Poder Legislativo de 1º de junho de 1955. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

EDUCAÇÃO

Democracia literária

Popularizar acesso a livros e estimular práticas de leitura são desafio para Poder Público e sociedade civil

André Zahar

Era uma vez, por volta do século 19, um país onde livros eram mantidos em espaços restritos. Apenas a nobreza e o clero tinham acesso às recém-surgidas bibliotecas, proibidas para grande parte da população por conterem documentos sagrados e algumas poucas edições literárias existentes à época. Um cenário bem diferente do que encontramos na comunidade do Coque, no Recife. No fim de 2018, dezenas de crianças aglomeravam-se, debaixo de uma lona, para escutar a história contada pela professora Erica Montenegro.

A atividade fez parte da Festa Literária do Coque (Felic), realizada pela Biblioteca Popular do bairro. O espaço comunitário surgiu em 2007, por iniciativa da pedagoga Maria Betânia do Nascimento. O trabalho se expandiu e hoje oferece atividades de contação de histórias, mala de leitura, sussurro poético, trocas de cartas, curso de fuxico e até mediação de conflitos, quando necessário. Na área alugada, estudantes também aproveitam para estudar em épocas de prova.

"Minha intenção é fazer com que o Coque seja leitor, mesmo que seja um trabalho de formiguinha. Primeiro, você tem que conquistar a família, que, muitas vezes, não costuma ler", explica ela, que comemora a contribuição para aprovação, em 2017, de cerca de 350 moradores do local em universidades públicas e privadas. A biblioteca integra a Releitura, rede que engloba sete equipamentos comunitários do Recife.

À frente do espaço Amigos da Leitura, na Zona Norte do Recife, Fábio Rodrigues ressalta que, embora os territórios tenham características próprias, os problemas enfrentados são semelhantes. "Essas unidades terminam sendo o único lugar de acesso à literatura de muitos", avalia ele, que é membro da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

"É importante que exista um espaço diário de leitura na rotina da criança. A escola pode convidar parentes e contadores e promover visita a feiras literárias", sugere a professora Ana Carolina Perrusi, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisadora analisa que as bibliotecas ainda estão pouco presentes no Interior dos Estados. E, nas escolas, muitos desses espaços são usados como depósitos.

FOTO: RAFAEL ANDRADE/DIVULGAÇÃO

Debaixo de uma lona, a professora Erica Montenegro reuniu crianças para escutar histórias

LEGISLAÇÃO

A Lei Federal nº 12.244/2010 estabeleceu que, em dez anos, todas as escolas brasileiras disponham de biblioteca e profissionais especializados para atuar como mediadores de leitura. Em Pernambuco, as leis estaduais 12.047 e 12.119, de 2001, determinam, respectivamente, a existência de sala de leitura na Rede Estadual de Ensino e a prioridade no Orçamento para eventos e promoções de incentivo à leitura nas unidades escolares.

"Das 1.051 escolas da rede estadual, 837 possuem biblioteca e 51 são dotadas de sala de leitura em funcionamento e com recursos multimídia", informou a Secretaria estadual de Educação, em nota. A Secretaria de Cultura, por sua vez, leva escritores e artistas para falar com os estudantes por meio do projeto Outras Palavras. O Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca também está sendo elaborado com participação da sociedade.

Educadora e membro da Comissão de Educação e Cultura da Alepe, a deputada Teresa Leitão (PT) considera que, para ter êxito, "o plano deve extrapolar os governos e tornar-se uma exigência permanente da sociedade". "Precisamos fortalecer a relação entre o Governo e a demanda crescente da população. Um projeto como esse deve ter uma definição orçamentária atribuída por lei, para o investimento nesses espaços", assinala.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:
alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/